

NOVO SPB DEVE MELHORAR OS RENDIMENTOS DA PREFEITURA



A entrada em vigor, em 22 de abril, do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) - que permite transferências financeiras em tempo real, alterando o prazo de confirmação de pagamentos - deve significar, em termos financeiros, um maior rendimento para a Prefeitura do Rio. O superintendente de Fazenda do município, Rogério Riente, diz que para a administração pública o ganho será de reserva. "A saída do caixa irá melhorar muito, pois o dinheiro ficará, em média, um dia a mais em poder da Prefeitura. O ganho financeiro poderá então ser investido na política social do Prefeito, por exemplo", afirma. Segundo ele, em termos de receita, não deverão acontecer mudanças expressivas, porque a entrada do dinheiro continuará baseada em contratos assinados antes da vigência do SPB.

A maior novidade do novo Sistema de Pagamentos Brasileiro é o surgimento da TED - a Transferência Eletrônica Disponível - que viabiliza a transferência ao favorecido no ato em que o banco destinatário receber a mensagem indicando a transação. "Os repasses que se faziam em dois ou três dias, dependendo da compensação, hoje são imediatos. Praticamente tudo que fazíamos em reserva, vamos fazer agora on line, no mesmo dia", diz Riente.

O superintendente explica de que maneira o município se beneficia, na prática, com o novo sistema: "Temos uns dez bancos hoje operando com a Prefeitura para pagamento de pessoal. Antes da TED, quando tínhamos de transferir dinheiro no final do mês para esses bancos, aquele capital tinha que ser transferido 48 horas antes, que é o prazo de compensação do cheque. Agora, iremos transferir no dia do crédito. O ganho está aí".



Centenário de JK

Em setembro deste ano completa-se cem anos de nascimento de Juscelino Kubitschek. No livro JK - o artista do impossível, o jornalista Cláudio Bojunga retrata a trajetória do estadista mineiro: do seu nascimento até a sua morte, em 1976, em um acidente de carro na via Dutra.

EDITORIAL

Orçamento sem BDIs

Lino Martins da Silva

Quando alguém do setor privado refere-se às estimativas orçamentárias das licitações classificando-as de "distorcidas" podemos imaginar: trata-se de um eventual Auto-engano ou corresponde à pergunta Vícios privados, benefícios públicos? - títulos de dois livros que trazem lições importantes do Professor Eduardo Gianneti.

Tratar de orçamento, bem como custos diretos e indiretos, é bastante pertinente. Defender a volta do velho e carcomido BDI (bonificação e despesas indiretas) e a sua inclusão nos editais de licitação como era feito no passado significa - ao contrário - querer a solidariedade do setor público com a boa ou a má gestão das empresas e, conseqüentemente, responsabilizá-la por lucros ou prejuízos daí decorrentes, em especial os últimos.

Não é do interesse público eliminar os fornecedores e as empresas prestadoras de serviços que investem e geram empregos. É preciso, porém, delimitar os campos de atuação do setor público e do setor privado com o estabelecimento de sadias relações de independência. Neste sentido é importante destacar que o interesse público e a auto-regulação do mercado estão mais bem atendidos com a exclusão do item 'bonificação e despesas indiretas' (BDI) dos orçamentos, ficando a cargo dos participantes das licitações o estabelecimento dos percentuais de custos indiretos e de suas margens de lucro.

Em tempo de transparência administrativa, o setor público não deveria ser o único a abrir suas contas. O setor privado deveria abrir, igualmente, a sua contabilidade de custos. Assim permitiria auditorias e análises técnicas da formação dos preços praticados - identificando os custos fixos, variáveis e as respectivas margens de contribuição - além do cálculo da produtividade e da metodologia usada no cálculo de depreciação, manutenção e juros. Sob este aspecto, vale lembrar que a Prefeitura do Rio de Janeiro já está pagando seus fornecedores num prazo médio de 30 dias.

A defesa da volta triunfal do item BDI mais parece um auto-engano, uma mentira que contamos para nós mesmos ou, ainda, uma velha técnica dos que vivem reclamando do Estado, mas adoram um benefício que lhes reduza o valor do tributo - uma aplicação perfeita de antiga premissa segundo a qual o melhor dos privilégios é gastar o dinheiro dos outros. Ao estabelecer por meio de pesquisa os custos diretos dos orçamentos e ao vedar a inclusão nos editais de licitação do BDI fixo de 30% ou até 50%, como já ocorreu no passado, a administração pública está apenas defendendo os recursos do cidadão e a livre concorrência: desta forma, o BDI passa a ser elemento fundamental tanto para julgamento como para que as empresas demonstrem sua eficiência operacional.

O município do Rio de Janeiro foi pioneiro na proibição do BDI e teve a satisfação de ver a mesma recomendação no relatório da Comissão Especial sobre corrupção na administração pública federal, editado em 1994. Entre outras constatações o relatório informa que a ausência de um sistema permanente e eficaz de controle interno - destinado a coibir a má utilização dos recursos públicos no seu sentido mais amplo - foi um obstáculo à adoção de práticas sadias pelo setor público. Por isso o sistema de controle interno municipal busca seu permanente aprimoramento e cada vez mais tem como objetivo sua constante superação. Para atingir tal meta, o sistema de controle interno do município do Rio está atuando no aperfeiçoamento dos seus recursos humanos.

Aliada à independência necessária para o exercício impessoal da atividade de controle, esta iniciativa será decisiva para a remoção e eliminação de muitas práticas inadequadas no setor público.

É preciso aprimorar os instrumentos de licitações públicas no Brasil. Para tanto devemos ousar com idéias novas, no lugar de defender o retorno de conceitos de simples legalidade ou que dão margem a relações promíscuas entre o setor público e o setor privado. É urgente e necessário que novas idéias fluam sem peias nem ameaças. Como o setor público é altamente conservador, os responsáveis por essa reforma

devem ter sempre em mente uma frase atribuída a Napoleão: "para os mediócrs, nada ameaça mais do que uma idéia nova".

ENTREVISTA

Entrevista com Anadyr de Mendonça Rodrigues
Ministra de Estado da Controladoria Geral da União



Formada em Direito em 1958 pela Faculdade de Direito de São Paulo, Anadyr de Mendonça Rodrigues teve a sua carreira marcada pelo pioneirismo no rompimento de barreiras junto ao sisudo círculo do Poder Judiciário. Foi o primeiro membro do Ministério Público Federal a ter assento perante a Turma do Supremo Tribunal Federal, em agosto de 1989, e - três meses depois - foi a primeira mulher a ter assento no Plenário daquela Corte. Também foi a primeira mulher a exercer, em janeiro de 2001, ainda que interinamente, o cargo de Advogada Geral da União. Em 1995 foi designada pelo Presidente da República para participar da IV Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Pequim, na China, entre 4 e 15 de setembro daquele ano. Mãe de três filhas e avó de duas netas, Anadyr de Mendonça Rodrigues foi convidada pelo Presidente da República para o Cargo de Corregedora-Geral da União no dia 2 de abril de 2001, chefiando o que representa, hoje, o órgão central do controle interno do Governo.

Pre\$tando Conta\$ - Ministra Anadyr, a Sra. pode explicar de que forma são executadas as ações e atividades conjuntas da CGU e da Secretaria de Controle Interno?

Ministra Anadyr - No início do ano de 2002 o Governo Federal decidiu reestruturar todo o sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, de forma a ampliá-lo e reforçá-lo. O Decreto assinado pelo Presidente da República transferiu para a então Corregedoria-Geral da União toda a estrutura da Secretaria Federal de Controle Interno. Isso foi o embrião da atual Controladoria-Geral da União. Na ocasião, foram transferidas, ainda, para a CGU a Co-missão de Coordenação de Controle Interno, assim como as atribuições de Ouvidoria-Geral, antes a cargo do Ministério da Justiça, além das competências relacionadas ao controle interno e auditoria, que estavam atribuídas à Casa Civil da Presidência da República. Com isso, a Corregedoria-Geral da União passou a ter não só a função, que já lhe cabia - de assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições quanto aos assuntos e providências atinentes à defesa do patrimônio público - mas, além disso, a atribuição de executar todas as funções referentes ao controle interno do Poder Executivo Federal, assim como o encargo de exercer a auditoria pública e a Ouvidoria-Geral, no mesmo âmbito.

Pre\$tando Conta\$ - Em julho de 2002, o Presidente da República assinou decreto transformando a Controladoria-Geral em órgão central do Sistema de Controle Interno. A Sra. pode explicar a nova composição da CGU? Como essa mudança altera a sua rotina de trabalho?

Ministra Anadyr - O decreto nº 4.304, assinado em 17 de julho, transforma a Controladoria-Geral da União (CGU) em Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Cabe-lhe também a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República, que ficará disponível para consulta e apreciação pelos cidadãos. O decreto presidencial é consequência da transferência, em 28 de março de 2002, da Secretaria Federal de Controle Interno para a estrutura da CGU, e faz com que seus diversos componentes passem a trabalhar harmoniosamente de forma a que nenhum recurso, nenhuma aplicação de verba pública passe ao largo do exame do Controle Interno.

Pre\$tando Conta\$ - Como essas mudanças alteram a sua rotina de trabalho?

Ministra Anadyr - Diversas mudanças estão sendo rea-lizadas para que o sistema de controle funcione cada vez melhor. Uma delas foi a absorção, pela Controladoria-Geral da União, da Secretaria Federal de Controle. Os dois órgãos, assim fundidos, pas-sam a constituir o Sistema Federal de Controle Interno, com o dever de zelar pela aplicação correta de recursos públicos e, ao mesmo tempo, de corrigir imperfeições, tendo também a função adicional de Ouvidoria, que constitui canal de comunicação do Poder Público com o cidadão, nos dois sentidos: prestação de contas e recebimento de sugestões, reclamações e propostas de todas as espécies que o cidadão deseje fazer.

Pre\$tando Conta\$ - Ministra, a senhora pode descrever as funções da Controladoria-Geral da União?

Ministra Anadyr - A Controladoria-Geral tem como missão auxiliar o Presidente da República, direta e imediatamente, no desempenho de suas atribuições, quanto aos assuntos e providências que, no âmbito do Poder Executivo, sejam referentes à defesa do patrimônio público. A finalidade da Controladoria é permitir que não haja delongas, além das que a lei necessariamente exige, na apuração de quaisquer irregularidades ocorridas. Essencialmente, compete à CGU apontar os fatos à autoridade competente, requisitar a instauração de sindicância ou processo administrativo e monitorar a respectiva apuração das irregularidades e ilícitos administrativos identificados no âmbito do Poder Executivo Federal, velando para que os procedimentos sejam conduzidos adequadamente até a aplicação das sanções e recuperação dos prejuízos ao erário.

ENTREVISTA

Entrevista com Anadyr de Mendonça Rodrigues Ministra de Estado da Controladoria Geral da União

Pre\$tando Conta\$ - Na sua opinião, quais foram os resultados mais marcantes da criação da CGU até o momento?

Ministra Anadyr - São inúmeros os fatos mais marcantes. Posso destacar o lançamento de três bancos de dados disponíveis na internet, na nossa homepage (<http://www.presidencia.gov.br/cgu>), com acesso permitido a qualquer cidadão. Ali estão, de um lado, os procedimentos que já estavam em curso no Poder Executivo Federal à época da instalação da CGU, e mais os que desde então foram instaurados; e, de outro, as denúncias que chegaram e continuam chegando à CGU através de e-mail, correspondências ou pessoalmente. Existe ainda um terceiro banco de dados que disponibiliza para o conhecimento dos cidadãos em geral, mediante acesso à página eletrônica, a relação de todas as punições administrativas aplicadas desde 1º de janeiro de 2001 a servidores públicos federais, como resultante de procedimentos disciplinares instaurados para averiguação das responsabilidades sobre irregularidades ocorridas.

Pre\$tando Conta\$ - É comum ouvirmos que os casos de corrupção aumentaram significativamente nos últimos anos, enquanto outros argumentam que o que de fato aumentou foi a transparência com a qual esses casos são tratados, com ampla cobertura da mídia. Na sua opinião, o que mudou?

Ministra Anadyr - Eu tenho sustentado que há exagero nas afirmações de que nunca houve tanta corrupção no Brasil. Isso é um exagero e uma inverdade, e presta um grande desserviço à nacionalidade, porque contribui para denegrir o orgulho nacional. Essas afirmações partem do nada, mal interpretando algumas manchetes dos jornais. Creio que está havendo falta da análise desse novo fenômeno que é a velocidade da informação no mundo on-line. Isso contribui para a falsa impressão do aumento dos casos de irregularidades. O que ocorre, efetivamente, é uma inédita transparência das práticas na administração pública, fazendo com que hoje sejam do conhecimento público, corriqueiramente, fatos que antes eram sonogados à população. A corrupção existe, sim, mas nada que nos faça diferentes do resto do mundo. De outra parte, com a análise dos dados coletados, a Controladoria-Geral da União percebeu o crescimento constante da quantidade de denúncias encaminhadas, o que demonstra a crescente confiabilidade no órgão por parte da população. Os números de 156 denúncias recebidas em abril de 2001, primeiro mês de criação passou para 229, em novembro do mesmo ano, por exemplo.

Prestando Conta\$ - Quais os tipos de irregularidades mais denunciadas à CGU?

Ministra Anadyr - A Controladoria-Geral da União (CGU) disponibiliza, em sua página na internet, o Relatório de Atividades que mostra o desempenho do órgão em seu primeiro ano de atuação. Naquele período, houve mais de 2.000 manifestações, das quais 1.580 se configuram como conduta irregular de agente do poder público ou desvio de recursos, e 713 são manifestações de opinião e pedidos. Com as ações que desempenhou em cada caso, a Controladoria-Geral da União já chegou no estágio de poder considerar normalizadas as apurações dos grandes casos que tiveram acompanhamento permanente do órgão, tais como SUDAM, DNER, SUDENE, FUNAM, FINOR, TERRACAP.

Prestando Conta\$ - Como a Sra. classifica o relacionamento da CGU com os outros órgãos do Governo Federal?

Ministra Anadyr - A CGU constitui, no âmbito do Poder Executivo, o sistema global garantidor da regularidade interna do comportamento no serviço público e coibidor dos desvios éticos. Sua atuação jamais poderá extrapolar a limitada esfera do Poder Executivo, o que exclui a possibilidade de sua atuação em outros órgãos ou instituições não relacionados a esta esfera de poder. É da natureza de suas atribuições, porém, a permanente convivência democrática com outros órgãos e instituições que, no seu âmbito de competências, também se dediquem a coibir irregularidades na aplicação de recursos públicos. Assim, o artigo 14-A, § 3º, da Medida Provisória nº 2.143-31, de 2001, que criou a Controladoria-Geral da União, previu que a mesma encaminhará à Advocacia-Geral da União os casos que configurem improbidade administrativa e todos quantos recomendem a indisponibilidade de bens, o ressarcimento ao erário e outras providências a cargo daquela instituição. Também provocará, sempre que necessária, a atuação do Tribunal de Contas da União, da Secretaria da Receita Federal, dos órgãos do Sistema Federal de Controle Interno e, quando houver indícios de responsabilidade penal, do Departamento de Polícia Federal e do Ministério Público, inclusive quanto a representações ou denúncias que se afigurarem manifestamente caluniosas.

Novo SPB deve melhorar os rendimentos da prefeitura

Ou seja, a compensação do cheque foi eliminada nessa transação. Com isso, o dinheiro ficará mais tempo aplicado.

Riente não sabe precisar exatamente o montante que a Prefeitura irá lucrar com o novo sistema. Apesar disso, ele revela que as possibilidades de ganho tendem a aumentar, porque a TED, que em abril só é usada para transferências acima de R\$ 5 milhões, em 31 de julho terá seu valor diminuído para R\$ 5 mil, atingindo um maior número de pessoas. "Quanto menor a TED, mais possibilidade de ganho a Prefeitura vai ter", diz, ressaltando que a emissão do cheque será desestimulada com o novo documento eletrônico. Provavelmente, lembra ele, as instituições financeiras irão taxar o cheque, porque isso proporcionará uma segurança e uma liquidez maior no mercado. "Num mercado mais desenvolvido, praticamente ninguém usa cheque. Qualquer barzinho hoje trabalha com cartão. A tendência é todo mundo usar o cartão, creditando o débito direto na conta. As transações volumosas serão feitas através da TED", ressalva.

Além da agilidade, o novo sistema de pagamentos eletrônico oferece maior segurança e reduz o risco sistêmico no mercado. "Antes do SPB, os sistemas só de encontravam à meia-noite. Agora, o fazem durante o dia. Com isso, em grandes transações o Banco Central tem condições de verificar se um banco tem como honrar com um pagamento ou não", afirma.

Riente prevê que, daqui a dois ou três anos, no ato da compra de um carro, por exemplo, será emitida uma TED, ao invés do tradicional cheque. "É uma mudança de cultura, e sempre existem os pontos positivos e os negativos. Mas, hoje, vemos que isso será realmente bom - é a segurança total para o mercado financeiro do país. A TED já entrou na rotina dos bancos, virou jargão", conclui.

O assessor econômico do Gabinete do Controlador Geral, William Monteiro, concorda com Riente. Segundo William, o ideal seria que todas as transações pudessem ser feitas por sistemas eletrônicos de forma mais rápida, cômoda, segura e barata, tanto para os clientes quanto para os bancos, reduzindo o risco para a economia e a autoridade supervisora, responsável pela fiscalização.

Entenda melhor o SPB

O que é o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB)?

É um sistema que permite transferências de recursos, além do processamento e da liquidação de pagamentos para pessoas, empresas, governo, Banco Central e instituições financeiras - ou seja, praticamente todos os agentes atuantes em nossa economia. O cliente bancário utiliza-se do Sistema de Pagamentos toda vez que emite cheques, faz compras com o cartão de débito ou ainda quando envia um DOC (Documento de Crédito).

O que muda com o novo SPB?

Com a implantação do novo SPB será oferecida uma nova forma de transferência de recursos operacionalizada pela Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) ou pelo Banco Central: a TED - Transferência Eletrônica Disponível - que viabilizará a transferência ao favorecido assim que o banco destinatário receber a mensagem confirmando a transação.

Quais as vantagens do novo sistema para o cliente bancário?

Basicamente, segurança e rapidez. Transferências mais seguras para quem envia e para quem recebe recursos, como alternativa aos atuais cheques e DOCs, que transitam pela Câmara de Compensação. Através da TED, haverá a possibilidade de realizar transferências de recursos em tempo real, permitindo ao favorecido a utilização imediata do dinheiro recebido. A partir de 31 de julho, o sistema eletrônico começará a afetar o cidadão de verdade, já que a TED poderá ser efetuada em transações acima de R\$ 5 mil. A época da implantação do SPB, em 22 de abril, apenas montantes acima dos R\$ 5 milhões poderiam ser transferidos utilizando esse recurso.

Quais as diferenças entre TED e DOC?

A principal diferença entre essas formas de transferência de recursos está relacionada ao tempo em que são efetivadas. Um DOC, que transita pela Compe (Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis) continuará a levar um dia útil para ser compensado, de forma que o recebedor somente tem a informação do crédito no dia útil seguinte à sua emissão pelo pagador. Já a TED terá liquidação no próprio dia - ou seja, atualizará o saldo da conta do recebedor na mesma data em que é emitida pelo pagador.

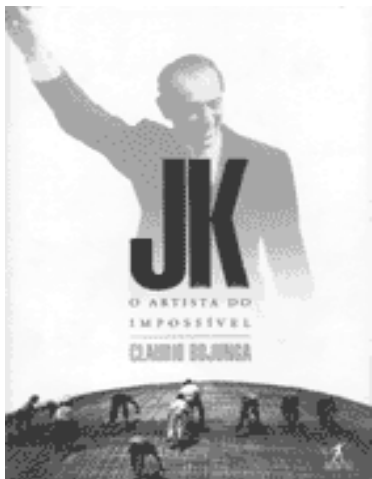
Como ficam as tarifas bancárias?

No novo SPB, a principal recomendação é economizar com tarifas bancárias, evitando a emissão de cheques ou DOCs para valores acima de R\$ 5 mil (a partir de 31 de julho, quando a TED poderá ser efetuada em transações acima desse valor). Será mais interessante então escolher o novo documento eletrônico que está sendo criado (TED) para realizar pagamentos ou transferências entre contas de diferentes bancos e regiões. De qualquer forma, deve-se sempre consultar o banco do qual é cliente para conhecer qual a melhor opção a ser utilizada.

ESTANTE

JK: cem anos de nascimento

"Como em toda história de sucesso, ocorrem oportunidades inesperadas, auxílios imprevistos, acidentes de percurso e arranjos providenciais que encurtam o acesso à linha de chegada."



JK - o artista do impossível
Claudio Bojunga
Editora Objetiva, 2001.
800 p.

O jornalista Cláudio Bojunga dedicou dez anos de sua vida para retratar a trajetória (1902-1976) do estadista mineiro Juscelino Kubitschek - do nascimento até sua morte - em pesquisas que resultaram nas 800 páginas de seu livro JK - o artista do impossível, editado pela Editora Objetiva em 2001.

Juscelino Kubitschek de Oliveira nasceu de família modesta no dia 12 de setembro de 1902 em Diamantina, Minas Gerais. Do pai João César, caixeiro-viajante, herdou o temperamento alegre, extrovertido e comunicativo, o amor pela vida. Da mãe Júlia, professora disciplinada e bem-comportada, herdou além do sobrenome eslavo Kubitschek, que se tornaria sua marca registrada, a severidade - a resistência, a teimosia e o instinto de sobrevivência. No livro JK, o artista do impossível, Juscelino comentou assim o casamento de seus pais: "era a atração dos contrários. Ela, a discricção em pessoa, escrava do dever, adversária de festas e folguedos, que freqüentava tão somente a igreja e as casas de parentes próximos; ele, o mão-aberta, o gênio expansivo, o rei da noite e das serenatas."

Apelidado de Nonô, JK dizia que mineiro precisava viajar e em 1929, aos 27 anos, recém-formado em medicina, embarcou para a França para estudos de especialização em urologia. Em novembro de 1930 retornou ao Brasil e um ano mais tarde casou-se com Sarah de Souza Lemos, de tradicional família mineira.

Juscelino entrou de vez para a vida pública em 1934, como deputado federal na chapa de Benedito Valadares. Foi a fase mais apagada da sua trajetória política: Juscelino era administrador, não tinha vocação parlamentar. Em 1940 foi nomeado prefeito de Belo Horizonte, em 1950 eleito governador de Minas Gerais e em 1956 foi eleito Presidente da República, em eleição bastante concorrida. Na disputa presidencial, a cédula única foi usada pela primeira vez, com o nome de JK ao lado de Plínio Salgado, Adhemar de Barros e Juarez Távora.

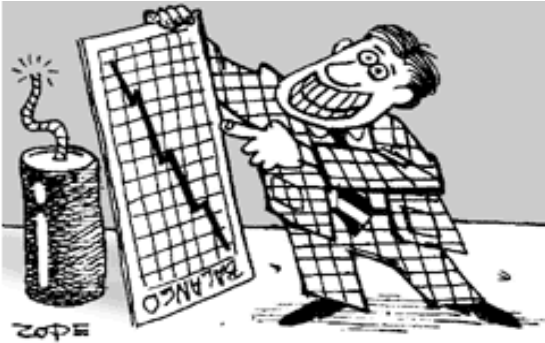
Juscelino entrou para o imaginário da política pela capacidade de fazer sair do papel planos de governo - foi o motor da transição de uma economia quase toda baseada na agricultura, principalmente na exportação do café, para um patamar de maior diversificação e industrialização. Era um empreendedor. Segundo revelou em várias entrevistas, seu lema de governo presidencial era "energia e transporte".

Como Presidente da República (1956-1961), foi sinônimo de ousadia, visão de futuro e imaginação modernizadora. Com seu Plano de Metas (os 50 anos em 5), colocou o Brasil em uma era desenvolvimentista: "o gigante, que vivera deitado em berço esplêndido durante anos, abria, por fim, os

olhos para a vida", disse. Construiu Brasília (inaugurada em 1960), as hidrelétricas de Furnas e Três Marias em Minas Gerais, estradas que cortaram o país de Norte a Sul. Abriu o Brasil para o grande salto da indústria automobilística, ao lançar as bases para o desenvolvimento do setor, promovendo as áreas de energia, transporte e a indústria de base. Com JK no poder a Volkswagen decidiu instalar em 1956, uma fábrica em São Bernardo do Campo (SP).

Modelo de estadista, ele ainda inspira muitos políticos brasileiros com uma fórmula simples: projetos viáveis e habilidade política. As marcas da gestão de Juscelino foram a do gasto do dinheiro público - muitos atribuem a ele a paternidade da inflação no Brasil - e a atração de dinheiro de investidores estrangeiros. Por isso, nas palavras do escritor mineiro João Guimarães Rosa (1908-1967), Juscelino pode ser considerado o poeta da obra pública.

Oitenta funcionários participam de apresentação dos grupos de estudos



A primeira reunião do grupo de estudos técnicos surpreendeu os organizadores. No dia 19 de abril, cerca de 80 funcionários da CGM estiveram no auditório do Arquivo da Cidade para debater o caso Enron e a teoria dos jogos, licitações e formação de cartéis. Os dois temas, apresentados por 12 voluntários da Controladoria, que formaram os primeiros grupos de estudos, renderam dois artigos - disponíveis no portal da CGM, em www.rio.rj.gov.br/cgm.

De acordo com Antonio Cesar Lins, assessor do Gabinete do Controlador, o tema licitação foi o que despertou maior interesse: "Ficou claro que a licitação é um jogo, e que a administração pública não se prepara para esse jogo. Ela deve estar mais bem preparada para tratar de suas contratações e tirar as vantagens adequadas". No caso Enron, a conclusão principal foi a de que toda auditoria tem um risco, e isso deve ser sempre levado em consideração.

Para o assessor, o resultado foi surpreendente porque pessoas de vários setores da Controladoria aderiram à iniciativa. Novos grupos de estudos estão programados. O próximo, intitulado Consolidação de Balanços Públicos, deverá acontecer entre os meses de setembro e outubro. A ideia agora, ainda segundo Antonio Cesar, é focar apenas um tema, para poder estudá-lo e debatê-lo com mais profundidade. "Aprendemos muito nesse último encontro. No próximo, pretendemos reunir três grupos para discutir o mesmo tema, usando enfoques diferentes. Queremos equilibrar as equipes utilizando as potencialidades dos funcionários. Vamos mesclar pensadores, técnicos e implementadores".

Criado em novembro do ano passado, o objetivo dos grupos de estudos técnicos é integrar e atualizar os funcionários da CGM, além de proporcionar a troca de conhecimento entre profissionais de diferentes perfis.

Coordenador de RH quer implantar visão moderna na CGM

Consolidar na Controladoria uma visão moderna de recursos humanos. Com esse objetivo, Jorge Carvalho assumiu em março a Coordenadoria de Recursos Humanos da CGM. Trabalhando até então na iniciativa privada, o novo coordenador encarou o desafio como uma maneira de expandir na Controladoria o conceito de RH, geralmente limitado nos órgãos públicos a organizar e promover cursos. Para isso, ressalta a necessidade da capacitação profissional atrelada à gestão de conhecimento, com os funcionários aptos a

liberarem o conhecimento tácito (que possuem, mas ainda não foi compartilhado). "O trabalho do RH é fazer com que as pessoas compartilhem isto. É um trabalho de equipe e a administração pública é um campo fértil para se produzir".

Na Controladoria, Jorge pretende resgatar uma questão que para ele é fundamental dentro de qualquer organização: a comunicação interna. "Temos que abrir as fronteiras entre as pessoas para que elas possam se comunicar. Outro ponto é trabalhar as motivações e a auto-estima do servidor, missão muito importante para todos aqueles que têm pessoas sob a sua responsabilidade. Temos que desmistificar esta idéia de que servidor público é indolente", diz. Neste caso, o problema não é do servidor, mas do sistema no qual está inserido. Motivar o funcionário é exatamente um dos desafios da Coordenadoria de Recursos Humanos, que deve colaborar para que os servidores descubram que são capazes.

A visão moderna de RH enxerga o homem como um todo e não apenas o trabalho de um determinado funcionário. Como qualquer pessoa, todos têm problemas pessoais, existenciais e de relacionamento. Por isso devem ser desenvolvidas ações preventivas para evitar ou corrigir problemas, como o da dependência química, por exemplo, que afeta a produção do funcionário. A proposta da CRH é criar uma área de capacitação, que encaminhará dependentes químicos para tratamento e fará simultaneamente o acompanhamento de suas famílias.

Para melhorar o rendimento profissional, Jorge Carvalho re-força a necessidade de avaliar a competência de cada um na CGM: "Estamos desenvolvendo um projeto de avaliação de desempenho. A avaliação será individual e institucional e terá um resultado prático, uma consequência. Não adianta descobrir as deficiências de um funcionário e não trabalhar para melhorá-las". A previsão é que no final deste ano ou no início de 2003 a CGM tenha esse modelo de desempenho colocado em prática.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

Edição: Sonia Virgínia Moreira

Redação: Graça Louzada e Philippe Deschamps

Editoração: Inez Torres

Ilustração: Zope

Versão Online: Edgard Bernardino